



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas, e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Cada um fala como quer, ou como pode, ou como acha que pode. Ainda ontem me diverti este trechinho de crônica do escritor mineiro Humberto Werneck, de seu livro Esse inferno vai acabar:

“– Meu cabelo está pendoando – anuncia a prima, apalpando as melenas.

Tenho anos, décadas de Solange, mas confesso que ela, com o seu solangês, às vezes me pega desprevenido.

– Seu cabelo está o quê?

– Pendoando – insiste ela, e, com a paciência de quem explica algo elementar a um total ignorante, traduz:

– Bifurcando nas extremidades.

É assim a Solange, criatura para a qual ninguém morre, mas falece, e, quando sobrevém esse infausto acontecimento, tem seu corpo acondicionado num ataúde, num esquife, num féretro, para ser inumado em alguma necrópole, ou, mais recentemente, incinerado em crematório. Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa.”

Isso me fez lembrar uma visita que recebemos em casa, eu ainda menino. Amigas da família, mãe e filha adolescente vieram tomar um lanche conosco. D. Glorinha, a mãe, achava meu pai um homem intelectualizado e caprichava no vocabulário. A certa altura pediu ela a mim, que estava sentado numa extremidade da mesa:

– Querido, pode alcançar-me uma côdea desse pão?

– Por falta de preparo linguístico não sabia como atender a seu pedido. Socorreu-me a filha adolescente:

– Ela quer uma casquinha do pão. Ela fala sempre assim na casa dos outros.

– A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubescceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.

Veja-se, para concluir, mais um trechinho do Werneck:

“Você pode achar que estou sendo implicante, metido a policial a linguagem alheia. Brasileiro é assim mesmo, adora embonitar a conversa para impressionar os outros. Sei disso. Eu próprio já andei escrevendo sobre o que chamei de ruibarbosismo: o uso de palavreado rebarbativo como forma de, numa discussão, reduzir ao silêncio o interlocutor ignaro. Uma espécie de gás paralisante verbal.”

(Cândido Barbosa Filho, inédito)

1. No contexto, as frases *Meu cabelo está pendoando* e *pode alcançar-me uma côdea desse pão* constituem casos de
 - (A) usos opostos de linguagem, já que a completa informalidade da primeira contrasta com a formalidade da segunda.
 - (B) usos similares de linguagem, pois em ambas o intento é valorizar o emprego de vocabulário pouco usual.
 - (C) intenção didática, já que ambas são utilizadas para exemplificar o que seja uma má construção gramatical.
 - (D) usos similares de linguagem, pois predomina em ambas o interesse pela exatidão e objetividade da comunicação.
 - (E) usos opostos de linguagem, pois a perfeita correção gramatical de uma contrasta com os deslizos da outra.

2. *A mãe ficou vermelha, isto é, ruborizou, enrubescceu, rubificou, e olhou a filha com reprovação, isto é, dardejou-a com olhos censórios.*

A expressão isto é, nos dois empregos realçados na frase acima,

- (A) introduz a conclusão de que o significado das falas corriqueiras se esclarece mediante uma elaborada sinonímia.
- (B) inicia a tradução adequada de um enunciado anterior cuja significação se mostrara bastante enigmática.
- (C) funciona como os dois pontos na frase *Cabelo de gente assim não se torna vulgarmente quebradiço: pendoa.*
- (D) introduz uma enumeração de palavras que seriam evitadas pela prima Solange, levando-se em conta o que diz dela o cronista Werneck.
- (E) inicia uma argumentação em favor da simplificação da linguagem, de modo a evitar o uso de palavreado rebarbativo.

3. Há uma relação de causa e efeito entre estas duas formulações:
 - (A) *Cada um fala como quer* e *ou como acha que pode.* (1º parágrafo)
 - (B) *para ser inumado em alguma necrópole* e *incinerado em crematório.* (7º parágrafo)
 - (C) *visita que recebemos em casa* e *eu ainda menino.* (8º parágrafo)
 - (D) *achava meu pai um homem intelectualizado* e *caprichava no vocabulário.* (8º parágrafo)
 - (E) *olhou a filha com reprovação* e *dardejou-a com olhos censórios.* (12º parágrafo)



4. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Na frase *Isso me fez lembrar uma visita que recebemos em casa, eu ainda menino*, o segmento sublinhado pode ser corretamente substituído por ***aonde eu ainda era menino***.
 - II. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase *Socorreu-me a filha adolescente*, a forma verbal resultante será ***tendo-me socorrido***.
 - III. No contexto, a expressão *Brasileiro é assim mesmo* é um caso típico de generalização abusiva, como a que também ocorre em ***os alemães são pragmáticos***.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.
-
5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Cabem a cada um dos usuários de uma língua escolher as palavras que mais lhes parecem convenientes.
 - (B) D. Glorinha valeu-se de um palavrório pelo qual, segundo lhe parecia certo, viessem a impressionar os ouvidos de meu pai.
 - (C) As palavras que usamos não valem apenas pelo que significam no dicionário, mas também segundo o contexto em que se emprega.
 - (D) Muita gente se vale da prática de utilizar termos, para intimidar o oponente, numa polêmica, que demandem uma consulta ao dicionário.
 - (E) Não convém policiar as palavras que se pronuncia numa conversa informal, quando impera a espontaneidade da fala.
-
6. É exemplo de construção na voz **passiva** o segmento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Ainda ontem fui tomado de risos ao ler um trechinho de crônica.
 - (B) A Solange toma especial cuidado com a escolha dos vocábulos.
 - (C) D. Glorinha e sua filha não partilham do mesmo gosto pelo requinte verbal.
 - (D) O enrubescimento da mãe revelou seu desconforto diante da observação da filha.
 - (E) Lembro-me de uma visita que recebemos em casa, há muito tempo.
-
7. *Por falta de preparo linguístico não sabia como atender a seu pedido.*
- Caso se dê uma nova redação à frase acima, iniciando-se por ***Não sabia como atender a seu pedido***, a complementação que não traz prejuízo para o sentido e a correção é:
- (A) mesmo porque não teria preparo linguístico.
 - (B) haja visto minha despreparação linguística.
 - (C) tendo em mira minha despreparação linguística.
 - (D) em razão de meu despreparo linguístico.
 - (E) não obstante meu despreparo na linguística.
-
8. “Ruibarbosismo” é um neologismo do qual se valeu o autor do texto para lembrar o estilo retórico pelo qual se notabilizou o escritor baiano.
- Não haverá prejuízo para a correção da frase acima ao se substituírem os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a que recorreu - que fez notável.
 - (B) do qual incorreu - com que se afamou.
 - (C) a cujo recorreu - o qual celebrizou.
 - (D) em que fez uso - em cujo deu notabilidade.
 - (E) em cujo incorreu - com o qual se propagou.
-
9. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre um aspecto do texto:
- (A) Nem todas as pessoas que utilizam um vocabulário rebuscado alcançam porisso qualquer ganho que se possa atribuir à seu poder de comunicação.
 - (B) O autor do texto acredita que muita gente se vale de um palavreado rebuscado para intimidar ou mesmo calar os interlocutores menos cultos.
 - (C) Ficou evidente que D. Glorinha buscava ilustrar as pessoas cujo vocabulário menos reduzido as deixasse impressionadas com tamanho requinte.
 - (D) O termo “solangês”, tratando-se de um neologismo, aplica-se aos casos segundo os quais quem fala de modo rebarbativo parece aludir a tal Solange.
 - (E) Não é difícil encontrar, aqui e ali, pessoas cujo intento é se apoderar de um alto vocabulário, tendo em vista o propósito de vir a impressionar quem não tem.
-
10. Está plenamente adequada a pontuação do seguinte período:
- (A) Acredita-se sobretudo entre os estudiosos da linguagem, que por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão os vocábulos de uma língua, ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.
 - (B) Acredita-se, sobretudo entre os estudiosos da linguagem que, por não haver dois sinônimos perfeitos há que se empregar, com toda a precisão, os vocábulos de uma língua ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.
 - (C) Acredita-se sobretudo entre os estudiosos da linguagem que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão, os vocábulos de uma língua ainda que, com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.
 - (D) Acredita-se, sobretudo, entre os estudiosos da linguagem, que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão, os vocábulos de uma língua, ainda que com isso, se corra o risco de passar por pernóstico.
 - (E) Acredita-se, sobretudo entre os estudiosos da linguagem, que, por não haver dois sinônimos perfeitos, há que se empregar com toda a precisão os vocábulos de uma língua, ainda que com isso se corra o risco de passar por pernóstico.

**Matemática e Raciocínio Lógico**

11. Somando-se um mesmo número ao numerador e ao denominador da fração $\frac{3}{5}$, obtém-se uma nova fração, cujo valor é 50% maior do que o valor da fração original. Esse número está entre
- (A) 1 e 4.
(B) 5 e 8.
(C) 9 e 12.
(D) 13 e 16.
(E) 17 e 20.
-
12. Em uma escola privada, 22% dos alunos têm bolsa de estudo, sendo os demais pagantes. Se 2 em cada 13 alunos pagantes ganharem bolsa de estudo, a escola passará a contar com 2.210 alunos bolsistas. Dessa forma, o número atual de alunos bolsistas é igual a
- (A) 1.430.
(B) 340.
(C) 910.
(D) 1.210.
(E) 315.
-
13. Um vereador afirmou que, no último ano, compareceu a todas as sessões da Câmara Municipal e não empregou parentes em seu gabinete. Para que essa afirmação seja falsa, é necessário que, no último ano, esse vereador
- (A) tenha faltado em todas as sessões da Câmara Municipal ou tenha empregado todos os seus parentes em seu gabinete.
(B) tenha faltado em pelo menos uma sessão da Câmara Municipal e tenha empregado todos os seus parentes em seu gabinete.
(C) tenha faltado em pelo menos uma sessão da Câmara Municipal ou tenha empregado um parente em seu gabinete.
(D) tenha faltado em todas as sessões da Câmara Municipal e tenha empregado um parente em seu gabinete.
(E) tenha faltado em mais da metade das sessões da Câmara Municipal ou tenha empregado pelo menos um parente em seu gabinete.
-
14. Em um planeta fictício X, um ano possui 133 dias de 24 horas cada, dividido em 7 meses de mesma duração. No mesmo período em que um ano terrestre não bissexto é completado, terão sido transcorridos no planeta X, exatamente,
- (A) 1 ano, 6 meses e 4 dias.
(B) 2 anos e 4 dias.
(C) 2 anos e 14 dias.
(D) 2 anos, 5 meses e 14 dias.
(E) 2 anos, 5 meses e 4 dias.
-
15. A rede de supermercados "Mais Barato" possui lojas em 10 estados brasileiros, havendo 20 lojas em cada um desses estados. Em cada loja, há 5.000 clientes cadastrados, sendo que um mesmo cliente não pode ser cadastrado em duas lojas diferentes. Os clientes cadastrados recebem um cartão com seu nome, o nome da loja onde se cadastraram e o número "Cliente Mais Barato", que é uma sequência de quatro algarismos. Apenas com essas informações, é correto concluir que, necessariamente,
- (A) existe pelo menos um número "Cliente Mais Barato" que está associado a 100 ou mais clientes cadastrados.
(B) os números "Cliente Mais Barato" dos clientes cadastrados em uma mesma loja variam de 0001 a 5000.
(C) não há dois clientes cadastrados em um mesmo estado que possuam o mesmo número "Cliente Mais Barato".
(D) existem 200 clientes cadastrados no Brasil que possuem 0001 como número "Cliente Mais Barato".
(E) não existe um número "Cliente Mais Barato" que esteja associado a apenas um cliente cadastrado nessa rede de supermercados.

**Informática**

Atenção: As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Paulo trabalha como Analista Judiciário no Tribunal Regional do Trabalho e no dia-a-dia executa um conjunto de tarefas que utilizam os recursos computacionais de hardware e software.

O computador utilizado por Paulo e pelos demais funcionários do Tribunal (exceto os computadores servidores) são padronizados com a seguinte configuração:

- *Processador Intel Atom Dual Core D525 com Clock Speed de 1.8 GHz, L2 Cache de 1 MB, 64-bits;*
- *4 GB de memória DDR3 (2x2GB);*
- *HD de 400 GB;*
- *Leitor e gravador CD/DVD;*
- *Placa mãe IPX525-D3;*
- *Placa de vídeo integrada 384 MB;*
- *Placa de som integrada;*
- *Placa de rede 10/100;*
- *6 Portas USB;*
- *Teclado, mouse e caixas de som padrão;*
- *Fonte de alimentação de 250 W;*
- *Voltagem suportada de 110/220;*
- *Consumo de energia de 10 Kw/h;*
- *Monitor LED 15,6".*

Nesses computadores estão instalados os seguintes softwares:

- *Windows 7 Professional em português;*
- *Microsoft Office 2010 Professional em português;*
- *Mozilla Firefox.*
- *Internet Explorer.*

Dentre os trabalhos realizados por Paulo no dia-a-dia estão:

- *Edição de contratos, emissão de pareceres e confecção de atas de reunião;*
- *Realização de tarefas relacionadas à administração patrimonial, orçamentária, financeira, de recursos humanos, de materiais e geração de gráficos demonstrativos;*
- *Apresentação em slides dos resultados de demonstrativos de pautas de treinamentos e reuniões;*
- *Criação, compartilhamento e gerenciamento de pastas e arquivos em diversas unidades de disco como HDs, CDs, DVDs e pen drives;*
- *Navegação na internet/intranet e uso de mecanismos de busca;*
- *Acesso e gerenciamento de sua conta de e-mail corporativo.*

A comunicação interna no Tribunal se dá principalmente por meio de uma intranet que utiliza a infraestrutura de rede existente. Nela os funcionários do Tribunal podem acessar um conjunto de serviços que inclui consultas ao holerite e informações relacionadas a férias, plano de saúde etc. Além desses serviços a intranet ainda é utilizada para agilizar a troca de informações entre os funcionários, para abertura de ordem de serviços técnicos e para centralizar em um servidor web documentos, formulários e notícias do Tribunal. A troca de informações entre esse servidor e os computadores utilizados pelos funcionários ocorre baseada em um conjunto de regras e padrões de conectividade utilizados também na internet.

A impressão de documentos e conteúdos diversos disponíveis na intranet é permitida por meio de um conjunto de impressoras compartilhadas na rede interna. Para se conectar a diversas outras instituições públicas, a intranet do Tribunal está conectada à internet.

16. De acordo com o texto, a placa de rede do computador de Paulo tem velocidade de transmissão de 10/100. Isso significa que a transmissão de dados pela rede entre o computador de Paulo e um computador servidor com placa de rede de mesma velocidade pode ser de até

- (A) 100 megabits por segundo.
- (B) 100 megabytes por segundo.
- (C) 10 megabytes por segundo.
- (D) 100 megabits por minuto.
- (E) 1000 megabits por segundo.



17. Considere que a planilha abaixo foi criada por Paulo utilizando-se o *Microsoft Excel 2010* em português.

	A	B	C	D	E
1	Planilha de contagem do inventário físico				
2					
3	Número da planilha:	00001		Data:	10/11/2012
4	Executado por:	Paulo da Silva		Dep.:	Compras
5					
6	Nº do inventário	Descrição do item	Preço de compra	Quantidade	Total
7	001/2012	Cadeira executiva para escritório	R\$ 539,56	200	R\$ 107.912,00
8	001/2013	Mesa para escritório em L - linha executiva	R\$ 1.580,00	156	R\$ 246.480,00
9	001/2014	Impressora LaserJet Pro 400	R\$ 1.017,00	20	R\$ 20.340,00
10	001/2015	Computador com processador Intel Atom	R\$ 2.230,78	78	R\$ 174.000,84

As células da planilha, por padrão, são configuradas com formato Geral, o que significa que não é definido um formato de número específico para elas. Nessas condições, ao se digitar o valor 00001 na célula B3, esse valor seria modificado automaticamente para 1. Porém, como pode-se notar, o valor visível nessa célula é 00001. Para que os zeros à esquerda não desaparecessem, foi digitado nessa célula **I**.

Note que o título da planilha, na célula A1, está centralizado e estendido por 5 colunas. Isso foi conseguido por meio da utilização da ferramenta **II**.

A fórmula presente na célula E7, que foi arrastada para as células E8, E9 e E10 de forma que os cálculos foram feitos automaticamente, é **III**.

As lacunas **I**, **II** e **III** deverão ser preenchidas, correta e respectivamente, por

	I	II	III
A	'00001'	Mesclar e Centralizar	=C7*\$D\$7
B	CHAR(00001)	Mesclar Células	=C7*D7
C	String(00001)	Mesclar Células	=C\$7*D\$7
D	"00001	Agrupar Células	=C7*D7
E	'00001	Mesclar e Centralizar	=C7*D7

18. Sabendo que uma intranet utiliza a infraestrutura de rede da empresa e fazendo uso das informações contidas no texto, considere que o computador de Paulo pode se comunicar com o computador servidor do Tribunal porque os recursos necessários estão fisicamente localizados em um raio de até 500 metros dentro do prédio do Tribunal, incluindo o computador de Paulo e o servidor. Isso significa que a rede utilizada é do tipo

- (A) WAN.
- (B) CAN.
- (C) LAN.
- (D) MAN.
- (E) ADSL.



19. Considere que a tabela abaixo foi criada por Paulo utilizando o *Microsoft Word 2010* em português. Considere também que NÃO foi realizada nenhuma modificação na estrutura da tabela após suas células terem sido criadas.

Tabela de contagem do inventário físico				
Número da planilha:	00001		Data:	10/11/2012
Executado por:	Paulo da Silva		Dep.:	Compras
Nº do inventário	Descrição do item	Preço de compra	Quantidade	Total
001/2012	Cadeira executiva para escritório	R\$ 539,56	200	R\$ 107.912,00
001/2013	Mesa para escritório em L – linha executiva	R\$ 1.580,00	156	R\$ 246.480,00
001/2014	Impressora LaserJet Pro 400	R\$ 1.017,00	20	R\$ 20.340,00
001/2015	Computador com processador Intel Atom	R\$ 2.230,78	78	R\$ 174.000,84

Baseado nas características da tabela, conclui-se que ela foi criada clicando-se inicialmente na guia Inserir, em seguida na ferramenta Tabela e, em seguida, na opção

- (A) Desenhar Tabela.
- (B) Converter Texto em Tabela.
- (C) Inserir Tabela.
- (D) Tabela Personalizada.
- (E) Tabela Dinâmica.

20. Considere as tarefas realizadas por Paulo e os respectivos *softwares* necessários para realizá-las.

Tarefas realizadas:

- A. Edição de contratos, emissão de pareceres e confecção de atas de reunião.
- B. Navegação e trabalho na intranet.
- C. Criação de documentos para controle e cálculo de materiais, inventários, orçamentos e demais controles financeiros.
- D. Apresentação em slides de resultados de demonstrativos e de pautas de treinamento e reuniões.
- E. Criação, compartilhamento e gerenciamento de pastas e arquivos em diversas unidades de disco.
- F. Geração de gráficos demonstrativos.
- G. Gravação de CDs e DVDs.
- H. Navegação na internet e uso de mecanismos de busca.
- I. Configuração de compartilhamento de impressora.

Softwares:

1. *Windows 7.*
2. *Microsoft Word 2010.*
3. *Microsoft Excel 2010.*
4. *Microsoft Power Point 2010.*
5. *Mozilla Firefox.*
6. *Internet Explorer.*

Corresponde a uma associação correta:

- (A) 1-E-G; 2-A; 3-C; 4-F; 5 e 6-B-H-I.
- (B) 1-E-I; 2-A-G; 3-F-C; 4-D; 5-H; 6-B.
- (C) 1-G-I; 2-A-F; 3-C; 4-D-E; 5-B; 6-H.
- (D) 1-E-G-I; 2-A; 3-C-F; 4-D; 5 e 6-B-H.
- (E) 1-B-E-G-I; 2-A; 3-C; 4-D-I; 5 e 6-H-F.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Suponha que, após a edição de lei federal dispendo sobre normas gerais em matéria de previdência social, determinado Estado da Federação publicou lei dispendo sobre normas específicas nessa matéria aplicável no âmbito estadual. Considerando essa situação, a lei
- (A) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa dos Estados e do Distrito Federal.
 - (B) federal é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente somente dos Estados e dos Municípios.
 - (C) estadual é inconstitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa privativa da União.
 - (D) federal é constitucional, já que a matéria foi reservada à competência legislativa concorrente da União e dos Estados e Distrito Federal, cabendo à União dispor sobre normas gerais.
 - (E) estadual é inconstitucional, já que o Estado somente poderia ter legislado sobre a matéria na ausência de normas gerais da União.
22. Suponha que em 2012 foi editada lei federal aumentando o valor da remuneração de servidores públicos vinculados ao Poder Executivo e criando gratificação de função para a mesma categoria. A lei ainda determinou que a gratificação não seria considerada para fins do limite máximo de remuneração estabelecido na Constituição Federal. Prescreveu também que a remuneração dos servidores seria corrigida monetariamente pelo mesmo índice e na mesma data em que fosse corrigida a remuneração dos servidores públicos vinculados ao Poder Judiciário. Considerando esse quadro, analise as afirmações abaixo.
- I. A lei somente produzirá validamente seus efeitos, quanto ao aumento do valor da remuneração dos servidores, após ser aprovada pelo Tribunal de Contas da União.
 - II. A lei não poderia ter instituído gratificação de função, uma vez que a Constituição determina que todos os servidores públicos serão remunerados, exclusivamente, por subsídios em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, ressalvadas as vantagens pessoais já adquiridas.
 - III. A lei é inconstitucional ao determinar que a gratificação não será considerada para fins do limite máximo de remuneração, uma vez que a Constituição não exclui da incidência do teto salarial os valores percebidos a título de vantagens pessoais.
 - IV. A lei é inconstitucional ao vincular a correção monetária da remuneração dos servidores do Poder Executivo à correção monetária da remuneração dos servidores vinculados ao Poder Judiciário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
23. Suponha que entidade da administração indireta da União tenha celebrado contrato de publicidade institucional em período vedado pela legislação eleitoral. Na sequência, a execução do contrato foi considerada ilegal pelo Tribunal de Contas da União, que assinalou prazo de 30 dias para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Findo o prazo fixado sem que tivessem sido tomadas quaisquer providências, o Tribunal decidiu sustar a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, e aplicar aos responsáveis pela ilegalidade as sanções previstas em lei. À luz das normas constitucionais a respeito da matéria, o Tribunal de Contas da União agiu
- (A) corretamente ao sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, uma vez que a providência decorre de suas atribuições constitucionais.
 - (B) corretamente ao aplicar aos responsáveis pela ilegalidade as sanções previstas em lei, uma vez que a providência decorre de suas atribuições constitucionais.
 - (C) incorretamente, uma vez que entidades da administração indireta da União não estão sujeitas ao controle externo do Congresso Nacional.
 - (D) incorretamente ao assinalar prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao cumprimento da lei, uma vez que a providência competia exclusivamente ao Congresso Nacional.
 - (E) incorretamente ao assinalar prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao cumprimento da lei, uma vez que a providência competia exclusivamente ao Poder Judiciário.
24. De acordo com o regime constitucional dos precatórios judiciais,
- (A) o credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, desde que mediante prévia e expressa concordância do devedor.
 - (B) os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação de precatórios e à conta dos créditos respectivos, independentemente do valor do débito.
 - (C) é obrigatória a inclusão no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do mesmo exercício, quando terão seus valores atualizados.
 - (D) cabe ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda autorizar, exclusivamente, na hipótese de o precatório não ter sido pago no prazo constitucional, o sequestro da quantia necessária à satisfação do débito.
 - (E) a União poderá, a seu critério exclusivo e na forma da lei, assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, refinanciando-os diretamente.



<p>25. De acordo com as competências constitucionalmente atribuídas ao Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) não lhe cabe julgar recursos interpostos contra acórdãos que versem sobre direito do trabalho.</p> <p>(B) não lhe cabe julgar a inconstitucionalidade de leis municipais em face da Constituição Federal, ainda que incidentalmente no processo.</p> <p>(C) não lhe cabe julgar a reclamação por violação à súmula vinculante que verse sobre direito do trabalhador previsto na Constituição Federal.</p> <p>(D) cabe-lhe julgar os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais.</p> <p>(E) cabe-lhe julgar o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, salvo se a ação visar ao exercício de direito trabalhista assegurado na Constituição.</p>	<p>28. A Administração pública estadual contratou, mediante prévio procedimento licitatório, o fornecimento de 10 (dez) trens para operar em nova linha de metrô, com entrega programada de 8 (oito) trens em 24 (vinte e quatro) meses, quando a linha entraria em operação, e os outros 2 (dois) em 36 (trinta e seis) meses. Iniciada a operação da linha, o poder público verificou que a demanda de passageiros ficou bem abaixo das projeções iniciais, razão pela qual não seriam necessários os 2 (dois) trens adicionais, mas apenas os 8 (oito) já entregues. Diante da situação verificada, a administração</p> <p>(A) pode reduzir, unilateralmente, o contrato, ficando o contratado obrigado a aceitar a redução do objeto, desde que não ultrapasse 25% do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(B) não pode reduzir ou alterar o objeto do contrato, sob pena de afronta ao instrumento convocatório.</p> <p>(C) somente pode reduzir o objeto do contrato, até o montante de 25% do valor inicial atualizado, com a anuidade do contratado.</p> <p>(D) somente poderá reduzir o objeto do contrato se o contratado ainda não tiver adquirido os trens e sempre limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.</p> <p>(E) não poderá reduzir quantitativamente o contrato, salvo por motivo de força maior, regularmente comprovado, assegurada, ao contratado, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.</p>
<p>26. De acordo com as normas constitucionais, a Justiça do Trabalho</p> <p>(A) é competente para processar e julgar as ações oriundas da relação de trabalho, exceto quando a relação de trabalho, regida por legislação trabalhista, for firmada por entes da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(B) é competente para processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.</p> <p>(C) não é competente para julgar os mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>, ainda quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.</p> <p>(D) não é competente para processar e julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.</p> <p>(E) não é competente para processar e julgar ações civis públicas, ainda que tenham por objeto o cumprimento de normas aplicáveis às relações de trabalho.</p>	<p>29. Pedro, servidor público federal, foi eleito vereador na cidade onde reside e desempenha as atribuições de seu cargo. Deseja permanecer no cargo público, concomitantemente ao exercício do mandato eletivo. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, tal pretensão é</p> <p>(A) legal, desde que requeira licença para tratar de interesses particulares, que não poderá exceder 5 (cinco) anos.</p> <p>(B) ilegal, importando a investidura no mandato de vereador na imediata exoneração do cargo público.</p> <p>(C) legal, devendo afastar-se do cargo público quando não houver compatibilidade de horário com as funções de vereador, hipótese que deverá optar por uma das remunerações.</p> <p>(D) ilegal, salvo se o servidor afastar-se do cargo com prejuízo da remuneração, independentemente da compatibilidade de horário com as funções de vereador.</p> <p>(E) legal, podendo o servidor afastar-se do cargo sem prejuízo da remuneração, pelo prazo máximo do mandato de vereador, independentemente de compatibilidade de horários.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Administrativo</p> <p>27. O poder regulamentar da Administração pública consiste em</p> <p>(A) impor restrições à atuação de particulares, em benefício da coletividade, nos limites da lei.</p> <p>(B) controlar a atividade de órgãos inferiores, dando ordem a subordinados e verificando a legalidade dos atos praticados.</p> <p>(C) editar normas complementares à lei, para a sua fiel execução.</p> <p>(D) organizar a atividade administrativa, inclusive com a avocação de competências e criação de órgãos.</p> <p>(E) apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e particulares que contratam com a Administração.</p>	<p>30. Ana, servidora pública ocupante de cargo efetivo e com função comissionada de chefia em órgão da Administração pública federal recusou-se, injustificadamente, a atualizar seus dados cadastrais na forma regularmente solicitada pelo órgão de pessoal. Diante de tal conduta, sujeita-se à penalidade disciplinar de</p> <p>(A) advertência, aplicada por escrito.</p> <p>(B) suspensão, com prazo máximo de 15 (quinze) dias.</p> <p>(C) destituição da função comissionada.</p> <p>(D) suspensão da função comissionada, pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias.</p> <p>(E) suspensão ou, no caso de reincidência, demissão.</p>



<p>31. No curso de processo administrativo, a autoridade responsável pela condução do mesmo deixou de dar-lhe regular andamento. O interessado, com o objetivo de entender as razões da paralisação, solicitou cópia dos principais documentos integrantes dos autos. De acordo com as disposições da Lei nº 9.784/99,</p> <p>(A) o impulso do processo deve se dar de ofício, não cabendo ao interessado provocar seu andamento.</p> <p>(B) os atos do processo são sigilosos, cabendo ao interessado comprovar o efetivo interesse para obter os documentos solicitados.</p> <p>(C) o interessado deve constituir advogado para obter vista dos autos e tomar conhecimento de todos os atos praticados.</p> <p>(D) o interessado pode formular alegações e apresentar documentos, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.</p> <p>(E) cabe à autoridade explicitar as razões de fato e de direito da sua conduta, desde que provocada pelo interessado, vedada a impulsão do processo de ofício.</p>	<p>34. O conceito de <i>accountability</i>, que passou a ser bastante difundido no âmbito da Gestão de Resultados na produção de serviços públicos, corresponde a</p> <p>(A) métrica específica para apuração dos resultados obtidos com a atuação pública, de acordo com indicadores de desempenho e performance.</p> <p>(B) obrigação dos governantes de prestar contas de sua atuação aos administrados, envolvendo as dimensões de conformidade e de desempenho.</p> <p>(C) sistema de avaliação interna para aferir a atuação do agente público, que objetiva a produção do melhor resultado com o menor dispêndio de recursos públicos.</p> <p>(D) avaliação, pelas instâncias superiores da Administração, de acordo com parâmetros estabelecidos a priori, dos resultados obtidos com programas e ações públicas.</p> <p>(E) forma de implementação de remuneração por resultados, de acordo com indicadores e metas claramente estabelecidos e voltados à melhoria dos serviços oferecidos ao usuário.</p>
<p>32. Determinada empresa privada recebeu subvenção do Poder Público para desenvolver e implantar programa de irrigação em áreas carentes de município do nordeste atingido por estiagem. Dirigente dessa empresa aplicou os recursos oriundos da subvenção estatal em área de sua propriedade e em área de propriedade do servidor público responsável pela liberação da subvenção, deixando de cumprir as obrigações assumidas com o poder público. De acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa,</p> <p>(A) apenas a conduta do servidor é passível de caracterização como ato de improbidade.</p> <p>(B) ambas as condutas, do servidor e do dirigente, são passíveis de caracterização como ato de improbidade desde que configurado enriquecimento ilícito.</p> <p>(C) apenas a conduta do dirigente é passível de caracterização como ato de improbidade, sendo a do servidor passível de apuração disciplinar.</p> <p>(D) apenas a conduta do servidor é passível de caracterização como ato de improbidade, desde que configurado enriquecimento ilícito e violação de dever funcional.</p> <p>(E) ambas as condutas, do servidor e do dirigente, são passíveis de caracterização como ato de improbidade, limitada a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre o montante da subvenção.</p>	<p>35. Pode-se apontar como características do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, implantado na Administração Pública Federal em 1991,</p> <p>(A) desenvolvimento em fases progressivas, sendo a última delas o denominado Programa da Qualidade e Participação da Administração Pública – QPAP, que consolida ferramentas de capacitação e melhoria de processos.</p> <p>(B) ampla instituição de política de remuneração por resultados, com estabelecimento de indicadores e metas privilegiando o foco interno, voltado ao desenvolvimento institucional.</p> <p>(C) capacitação dos agentes públicos para melhoria dos processos produtivos, eliminando falhas e redundâncias, não envolvendo, para mensuração de seus resultados, a visão do usuário.</p> <p>(D) ampliação da eficácia e efetividade das ações públicas, com redução do tempo de resposta ao usuário, abandonando os antigos paradigmas de premiação por resultados.</p> <p>(E) desenvolvimento em fases, inicialmente com foco interno, de sensibilização e capacitação dos agentes públicos, e, subsequentemente, incorporando o foco externo, com avaliação e premiação envolvendo a satisfação do usuário.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Administração Pública</p> <p>33. A Administração pública gerencial, implantada a partir dos movimentos de modernização e reforma do Estado que ganharam ênfase nos anos 1990, possui como características:</p> <p>(A) descentralização dos processos decisórios, formas flexíveis de gestão, remuneração por desempenho, competição administrativa e orientação para o cidadão-cliente.</p> <p>(B) concentração dos processos decisórios, aumento dos controles de fluxo de trabalho e foco no treinamento e capacitação dos servidores.</p> <p>(C) inversão do conceito clássico de hierarquia, com redução dos níveis inferiores e aumento dos intermediários, com ênfase no controle dos processos internos.</p> <p>(D) verticalização das estruturas organizacionais, com aumento dos níveis hierárquicos superiores, departamentalização e especialização dos setores para tomada de decisões estratégicas.</p> <p>(E) horizontalização das estruturas organizacionais, centralização dos processos decisórios, introdução de mecanismos de controle de processos e foco no cidadão-cliente.</p>	<p>36. As redes organizacionais</p> <p>(A) dizem respeito à coordenação das ações individuais, perspectivas de curto prazo, com vistas ao alcance de resultados imediatos.</p> <p>(B) podem ser estabelecidas entre diferentes pessoas e/ou instâncias de uma mesma organização, entre organizações e seus diferentes clientes externos e entre diferentes organizações públicas.</p> <p>(C) constituem sistemas de fluxo de trabalho e delimitação de competências, visando ao aprimoramento de todas as etapas produtivas, com foco na qualidade.</p> <p>(D) são estabelecidas exclusivamente no âmbito interno de cada instituição, com vistas a propiciar a coordenação flexível e o reforço das hierarquias em linha, com permanentes e claras definições de tarefas.</p> <p>(E) constituem sistemas internos e externos de comunicação, que objetivam sofisticar os mecanismos de controle e emitir comandos claramente delimitados, de molde a atingir pessoas que operam em diferentes unidades de trabalho.</p>



<p>37. Constitui princípio basilar do conceito original de reengenharia no setor público:</p> <p>(A) rígido controle de processos, com segmentação de etapas, evitando-se a atribuição de todas as etapas a uma única equipe.</p> <p>(B) drástico enxugamento do quadro de pessoal.</p> <p>(C) ampliação de estruturas, com a criação das denominadas carreiras em "y".</p> <p>(D) radical redefinição dos processos em base zero, conhecido como princípio da "folha em branco".</p> <p>(E) terceirização em larga escala, priorizando o desempenho de atividades estatais por consultores privados especializados.</p>	<p>40. Sobre a alteração do contrato de trabalho é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.</p> <p>(B) Nos contratos de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.</p> <p>(C) O empregador pode transferir o empregado, independentemente de sua concordância, quando ocorrer a extinção do estabelecimento em que o mesmo trabalhar, sendo que a recusa à transferência por parte do mesmo implica em dispensa por justa causa.</p> <p>(D) As despesas resultantes da transferência correrão por conta do empregador.</p> <p>(E) Em caso de transferência provisória o empregado receberá adicional nunca inferior a vinte e cinco por cento do salário, enquanto durar essa situação.</p>
<p>38. Pode-se apontar como uma das características do Programa Nacional de Desburocratização, implantado no início dos anos 80,</p> <p>(A) implementação de indicadores de desempenho e metas de resultado, com vistas a introduzir modelos privados de gestão no setor público.</p> <p>(B) diminuição do peso das instituições burocráticas no serviço público, procurando retomar alguns procedimentos tradicionais da rotina administrativa, não necessariamente alinhados com a eficiência.</p> <p>(C) foco no usuário do serviço público, concentrando-se na produção de mudanças no comportamento e na atuação da burocracia pública.</p> <p>(D) retomada dos conceitos contidos no Decreto-Lei 200, de 1967, buscando, assim, a atuação administrativa centralizada, sem, no entanto, deixar de lado a dimensão política do governo.</p> <p>(E) introdução, no setor público, do conceito de administração mínima, com a redução da atuação estatal em setores onde a mesma tenha se mostrado ineficiente.</p>	<p>41. NÃO constitui justa causa para dispensa de empregado</p> <p>(A) a incontinência de conduta.</p> <p>(B) a violação de segredo da empresa.</p> <p>(C) a condenação criminal, ainda que tenha havido suspensão da execução da pena.</p> <p>(D) a desídia no desempenho das respectivas funções.</p> <p>(E) o ato de indisciplina ou de insubordinação.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>39. Em relação ao contrato individual de trabalho, de acordo com a CLT:</p> <p>(A) A mudança na propriedade da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.</p> <p>(B) A alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.</p> <p>(C) A alteração na estrutura jurídica da empresa afetará os direitos adquiridos por seus empregados.</p> <p>(D) A responsabilidade das empresas integrantes de grupo econômico em relação aos direitos dos empregados é subsidiária.</p> <p>(E) Poderá ser solidária ou subsidiária a responsabilidade das empresas integrantes de grupo econômico não formalizado nos termos da lei, pelos direitos dos empregados.</p>	<p>42. Em relação ao trabalho do menor, é correto afirmar:</p> <p>(A) É proibido o trabalho perigoso, insalubre e noturno do menor de vinte e um anos de acordo com a Constituição Federal.</p> <p>(B) O contrato de aprendizagem pode ser celebrado com aprendiz com idade entre quatorze e dezoito anos.</p> <p>(C) É permitida a compensação de jornada para os aprendizes.</p> <p>(D) O contrato de aprendizagem não pode ser extinto antecipadamente, salvo se houver prática de falta grave por parte do aprendiz.</p> <p>(E) É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Tratando-se, porém de rescisão do contrato de trabalho, é vedado ao menor de dezoito anos dar, sem assistência dos pais ou responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento de indenização que lhe for devida.</p>



43. Uma das regras de proteção ao salário é o controle dos descontos. De acordo com o entendimento sumulado pelo TST:
- (A) Ao empregador é vedado efetuar descontos no salário do empregado, salvo se este autorizar.
 - (B) Ao empregador é vedado efetuar descontos no salário do empregado.
 - (C) Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto no salário será lícito, desde que essa possibilidade decorra de dolo do empregado.
 - (D) É válido desconto salarial efetuado pelo empregador, com autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo associativa de seu trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.
 - (E) Na hipótese de a empresa manter armazéns para compra de produtos pelos empregados, pode ser descontado do salário dos empregados, além do valor de compras feitas pelo mesmo, taxa de manutenção dos armazéns, já que se trata de um benefício colocado à disposição dos trabalhadores.
44. Em relação às atividades insalubres ou perigosas é correto que
- (A) o trabalho em condições perigosas assegura ao empregado um adicional de vinte por cento sobre o salário base.
 - (B) o trabalho em condições insalubres assegura ao empregado um adicional de 10%, 30% e 40% do salário mínimo, segundo se classifiquem nos graus mínimo, médio e máximo.
 - (C) o direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física.
 - (D) a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia, sendo a de insalubridade realizada por médico do trabalho e a de periculosidade por engenheiro do trabalho.
 - (E) o empregado que trabalhe em condições perigosas e insalubres receberá ao mesmo tempo os dois adicionais.
- Direito Processual do Trabalho**
45. Quanto à organização e competência da Justiça do Trabalho, conforme previsões contidas na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar originalmente o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade.
 - (B) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
 - (C) não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações relativas às penalidades administrativas impostas às empresas pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
 - (D) não compete à Vara do Trabalho processar e julgar os conflitos resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice e não discuta verbas da relação de emprego.
 - (E) em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro de celebração do contrato ou naquela da prestação dos respectivos serviços.
46. Analise as assertivas abaixo sobre Direito Processual do Trabalho à luz da Consolidação das Leis do Trabalho.
- I. Compete ao distribuidor a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos e a realização de penhoras.
 - II. Os serventuários que, sem motivo justificado, não realizarem os atos, dentro dos prazos fixados, serão descontados em seus vencimentos, em tantos dias quantos os do excesso.
 - III. Os distribuidores são designados pelo Juiz da Vara mais antiga, dentre os funcionários das Varas e do Tribunal Regional, existentes na mesma localidade, e ao mesmo Juiz diretamente subordinados.
 - IV. Na falta ou impedimento do Oficial de Justiça ou Oficial de Justiça Avaliador, o Juiz da Vara poderá atribuir a realização do ato a qualquer serventuário.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) II e IV.
 - (D) II e III.
 - (E) I e IV.
47. Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho em relação ao Processo Judiciário do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) os atos processuais serão sempre públicos e serão realizados nos dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
 - (B) sempre que houver acordo em reclamação trabalhista, se de outra forma não for convenicionado, o pagamento das custas caberá em partes iguais aos litigantes.
 - (C) os prazos processuais são contínuos, irrelevantes e são contados com a inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
 - (D) a reclamação verbal será distribuída antes da sua redução a termo e o reclamante deverá apresentar-se no prazo de 48 horas para reduzi-la a termo, sob a pena de perda do direito de reclamar por 6 (seis) meses.
 - (E) a penhora não poderá ser realizada em domingos ou dias de feriado, visto que os atos processuais devem ser realizados em dias úteis.
48. O Processo Judiciário do Trabalho elenca o depoimento de testemunhas como uma das modalidades de prova. Assim, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, nos dissídios individuais de Procedimento Ordinário, de Procedimento Sumaríssimo e no Inquérito para Apuração de Falta Grave, a quantidade máxima de testemunhas que cada parte poderá indicar é de, respectivamente,
- (A) três, duas e seis.
 - (B) três, três e cinco.
 - (C) duas, três e seis.
 - (D) cinco, duas e cinco.
 - (E) três, duas e quatro.



49. Analise as seguintes assertivas relativas à execução no processo do trabalho, conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho.

- I. Os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia não se constituem em títulos de natureza executória perante a Justiça do Trabalho.
- II. Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.
- III. Requerida a execução, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, o juiz mandará expedir mandado de citação do executado, para que o faça em 5 (cinco) dias ou garanta a execução, sob a pena de penhora.
- IV. O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução mediante depósito da mesma, atualizada e acrescida das despesas processuais, ou nomeando bens à penhora, não havendo qualquer ordem preferencial de bens para a penhora.
- V. Nas prestações sucessivas por tempo determinado, a execução pelo não-pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e V.
- (E) I e V.

50. Conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, a sequência correta em relação ao prazo e cabimento, nos processos de rito ordinário, para o Recurso Ordinário (RO), o Agravo de Petição (AP) e o Recurso de Revista (RR), respectivamente, é:

- (A) (RO) 08 dias, de decisões interlocutórias dos Juízes das Varas; (AP) 10 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso pelo TRT afrontando direta e literalmente a Constituição Federal.
- (B) (RO) 05 dias, de sentenças dos Juízes das Varas; (AP) 08 dias, de decisões das turmas contrárias à letra da lei federal; (RR) 08 dias, de qualquer decisão proferida em grau de recurso pelo TRT.
- (C) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de decisões proferidas em grau de recurso pelo TRT proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- (D) (RO) 10 dias, de sentenças dos Juízes nas Varas; (AP) 05 dias, de decisões na execução dos Juízes das Varas; (RR) 08 dias, de proferidas com violação literal de disposição de lei federal.
- (E) (RO) 08 dias, de decisões definitivas ou terminativas das Varas; (AP) 08 dias, de despachos que denegarem a interposição de recursos; (RR) 08 dias, de por contrariedade a orientação jurisprudencial de Tribunal Regional do Trabalho.

Direito Civil

51. Sobre as associações, de acordo com o Código Civil brasileiro, é correto afirmar:

- (A) Compete privativamente à assembleia geral especialmente convocada alterar o estatuto de uma associação, cujo quórum para aprovação será sempre de, no mínimo, dois terços dos associados.
- (B) Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, de *per se*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro, salvo disposição diversa do estatuto.
- (C) A convocação dos órgãos deliberativos far-se-á na forma do estatuto, garantido a um sexto dos associados o direito de promovê-la.
- (D) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos.
- (E) O estatuto da associação não será nulo se não contiver a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas, que será decidida em assembleia geral especialmente convocada para este fim.

52. Considere as seguintes assertivas sobre a Nulidade e Anulabilidade dos atos jurídicos:

- I. Se o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.
- II. Tratando-se de negócio anulável é escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.
- III. É de cinco anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado no caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

53. No que concerne à nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos, é correto afirmar:

- (A) O ato anulável pode ser ratificado pelas partes, salvo direito de terceiro, mas a ratificação não retroage à data da celebração do ato.
- (B) A parte poderá reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, mesmo se não provar que reverteu em proveito dele a importância paga.
- (C) A invalidade parcial de um negócio jurídico sempre prejudicará a parte válida.
- (D) A invalidade dos atos por incapacidade relativa do agente ou por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude, não tem efeito antes de julgada por sentença, e poderá ser pronunciada de ofício pelo juiz.
- (E) A invalidade da obrigação principal implica o das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.



<p>54. Tício é Tabelião de um determinado Cartório de Notas e Protestos de uma cidade do Estado do Rio de Janeiro. Mauro compareceu em um determinado dia para elaboração de uma procuração pública para sua irmã vender um imóvel de sua propriedade situado na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Realizada a escritura Mauro não pagou as custas e emolumentos inerentes ao ato. Neste caso, para cobrança das custas e emolumentos, o Tabelião Tício terá o prazo prescricional de</p> <p>(A) 02 anos. (B) 01 ano. (C) 03 anos. (D) 04 anos. (E) 05 anos.</p>	<p>57. O indeferimento da petição inicial, a transação entre as partes e o reconhecimento da coisa julgada são causas de extinção do processo</p> <p>(A) sem resolução do mérito. (B) com resolução do mérito, sem resolução do mérito e com resolução do mérito, respectivamente. (C) sem resolução do mérito, com resolução do mérito e com resolução do mérito, respectivamente. (D) sem resolução do mérito, com resolução do mérito e sem resolução do mérito, respectivamente. (E) com resolução do mérito.</p>
<p>55. Quanto à forma e à prova dos atos jurídicos, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame. (B) A prova não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição. (C) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios. (D) Salvo os casos expressos, a prova exclusivamente testemunhal só se admite nos negócios jurídicos cujo valor não ultrapasse o décuplo do maior salário mínimo vigente no País ao tempo em que foram celebrados. (E) As presunções, que não as legais, são admitidas nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal.</p>	<p>58. Numa ação ordinária, o juiz designou audiência de instrução e julgamento, mas não fixou prazo para as partes depositarem em cartório o rol de testemunhas. Nesse caso,</p> <p>(A) o rol será apresentado até 10 dias antes da audiência. (B) o rol será apresentado até a abertura da audiência. (C) o rol será apresentado até 30 dias antes da audiência. (D) o rol só será apresentado por uma das partes se a outra o requerer. (E) as testemunhas poderão ser ouvidas sem a prévia apresentação do rol.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>56. No que concerne à intervenção de terceiros, considere:</p> <p>I. Não se admite a denunciação da lide no procedimento sumário, exceto se fundada em contrato de seguro. II. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o direito sobre o que controvertem autor e réu, poderá oferecer oposição contra ambos, até o trânsito em julgado da sentença. III. Requerida a nomeação à autoria, o prazo para contestação será suspenso e, se o autor recusar o nomeado, será deferido ao nomeante o restante do prazo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II e III. (E) II.</p>	<p>59. Uma ação ordinária foi julgada procedente pela Justiça Estadual, tendo o Tribunal de Justiça do respectivo Estado negado provimento ao recurso de apelação. Ocorreu o trânsito em julgado. Foi ajuizada ação rescisória, fundada em prova cuja falsidade foi apurada em processo criminal. Nesse caso, a competência para determinar a suspensão da execução do julgado, através de medida de natureza cautelar ou antecipatória da tutela, é do</p> <p>(A) Supremo Tribunal Federal. (B) Juiz de Direito que julgou a ação ordinária em primeira instância. (C) Superior Tribunal de Justiça. (D) Tribunal de Justiça que julgou a apelação. (E) Conselho Nacional da Magistratura.</p> <p>60. A impenhorabilidade do bem de família prevista na Lei nº 8.009/1990 NÃO alcança</p> <p>(A) o imóvel residencial de irmãos que vivem juntos. (B) o terreno sem benfeitorias, único bem do casal. (C) o apartamento onde reside sozinho o devedor. (D) a casa que serve de residência à união entre pessoas do mesmo sexo. (E) o imóvel que serve de residência aos companheiros que vivem em união estável.</p>

**Discursiva – Redação**

Atenção: Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 linhas e máximo de 30 linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

O estádio do Maracanã no Rio de Janeiro será palco das partidas finais da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Para atender a milhares de torcedores e de turistas, a cidade vem recebendo melhorias – obras novas, revalorização de pontos turísticos, capacitação de aeroportos.

Considerando-se o que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo, a respeito do seguinte tema:

A vocação de uma cidade para o turismo: benefícios e ônus

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	